



CAMINHOS E (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO TOCANTINS: DESVENDANDO O PADRÃO LAMPEDUSA¹

Jeany Castro dos Santos²
Fernanda Rodrigues da Silva³
Lauro Santos Pinheiro⁴
Airton Cardoso Cançado⁵

Resumo

Este artigo compreende um estudo sobre a Política de Ciência e Tecnologia no estado do Tocantins, dada a quantidade de mudanças ocorridas na estrutura dessa política. Definiu-se como objetivo geral analisar a influência da administração pública patrimonial sobre a

Recebimento: 18/7/2016 • Aceite: 27/6/2017

¹ O padrão Lampedusa utilizado neste artigo faz referência ao escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa. A ideia foi apresentada no romance de Lampedusa, *O leopardo*, quando o personagem, Tancredi explica a seu tio as razões de sua adesão às forças republicanas: “(...) Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude. Expliquei-me bem?” (LAMPEDUSA, 1963, p.32).

² Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas – TO, Brasil. E-mail: jeanycastros@gmail.com

³ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins – UFT, , Palmas – TO, Brasil. E-mail: nanda_adm@uft.edu.br

⁴ Doutorando em Administração pela UFBA. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, MA, Brasil. E-mail: lauro.pinheiro3@gmail.com

⁵ Doutor em Administração pela UFLA. Professor da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Palmas – TO, Brasil. E-mail: airtoncardoso@yahoo.com.br

gestão da Política de Ciência e Tecnologia no Estado do Tocantins. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa em que se valeu dos seguintes procedimentos metodológicos: realização de pesquisa bibliográfica e documental; aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo. Os resultados apontaram que as mudanças ocorridas no setor da Ciência e Tecnologia do Tocantins, como por exemplo, a criação das instituições formais, buscaram garantir a manutenção da influência da administração pública patrimonial ao invés da busca pela consolidação e institucionalização da Ciência e Tecnologia no Estado. As evidências que comprovaram esta inferência foram identificadas nas contínuas mudanças ocorridas ao longo dos anos de 2005 a 2015, que vão desde às constantes trocas de secretários aos atos de criar e extinguir as instituições vinculadas a essa política. Desta forma, percebeu-se que “as mudanças ocorridas na política foram realizadas para que as coisas permanecessem como sempre estiveram” confirmando assim, a lógica simbólica do “Padrão de Lampedusa”.

Palavras-chave: Ciência e Tecnologia. Patrimonialismo. Lampedusa. Institucionalização.

WAYS AND (DIS)WAYS OF SCIENCE POLICY AND TECHNOLOGY IN TOCANTINS STATE: UNVEILING THE STANDARD LAMPEDUSA

Abstract

This article includes a study on the Science and Technology Policy in the State of Tocantins, given the amount of changes that have occurred in the structure of this policy. It was defined as a general objective to analyze the influence of the patrimonial public administration on the management of the Science and Technology Policy in the State of Tocantins. It is a qualitative research that used the following methodological procedures: documental and bibliographical research; application of semi-structured interviews and content analysis. The results pointed out that the changes in the Science and Technology

sector of Tocantins, such as the creation of formal institutions, looked for to maintain the influence of the patrimonial public administration, rather than the search for the consolidation and institutionalization of Science and Technology in the State . The evidences that proved this inference were identified in the continuous changes that occurred during the years 2005 to 2015, ranging from the constant changes of secretaries to acts of creating and extinguishing the institutions linked to this policy. In this way, it was realized that "the changes occurred in the policies were made so that the things would remain as they always were", confirming this way the symbolic logic of the "Lampedusa Pattern".

Keywords: Science and Technology. Patrimonialism. Lampedusa. Institutionalization.

Introdução

Historicamente nas abordagens da administração pública é possível identificar três orientações distintas, trata-se dos paradigmas patrimonial, burocrático e gerencial. Em suma, o primeiro é marcado pelo poder pessoal e arbitrário do soberano e de seus representantes. O segundo fundamenta-se em regras objetivas e delimitação de autonomia. O terceiro concentra-se em resultados e aproxima a administração pública da gestão empresarial (OLIVEIRA, PEREIRA; OLIVEIRA, 2007). Vestígios de todas essas fases ainda se encontram presentes na realidade brasileira.

Há ainda um debate que sugere um novo paradigma: Administração Pública Societal (PAES-DE-PAULA, 2005a; 2005b), que direciona a administração pública para a abertura de processos participativos mediante a Gestão Social. A Gestão Social por sua vez é apresentada por Cançado, Tenório e Pereira (2011, p.697) como sendo “a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último”.

Seguindo estas orientações, este trabalho abordará predominantemente o paradigma do patrimonialismo. O título República Federativa do Brasil não passa de uma referência constitucional, descrita logo no início da Constituição Federal “uma vez que a preocupação com o bem comum, com a *res pública*, não faz parte do ideário nacional. O patrimonialismo, o confundir o bem público como um bem privado, tem sido uma prática cotidiana dos nossos homens públicos” (TENÓRIO, 2012, p.28, grifo do autor).

Para provocar a discussão desses resquícios do patrimonialismo dentro do campo da Gestão e do Desenvolvimento Regional, este estudo teve como objetivo examinar o processo de institucionalização da Ciência e Tecnologia (C&T) no Tocantins, a partir dos marcos históricos de criação das instituições⁶ formais⁷, buscando identificar os atores envolvidos, as medidas adotadas e as decisões que promoveram avanços

⁶ **Instituições** são as regras do jogo numa sociedade. Representam os limites (constrangimentos, restrições) estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas e estruturam os incentivos de natureza política, social e econômica (NORTH, 1998).

⁷ **Formais** – são organizações, acordos, contratos, regras escritas em constituições, leis, regulamentos e outras (NORTH, 1998).

e retrocessos, que desvendam a influência da administração pública patrimonial na gestão dessa política, sob a ótica da lógica simbólica do “Padrão de Lampedusa”.

A ideia da abstração teórica contida na abordagem do Padrão de Lampedusa advém da seguinte afirmação “Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude” (LAMPEDUSA, 1963), o mesmo originou-se do romance “O Leopardo”, escrito por Tomasi de Lampedusa. A obra é considerada um documento histórico-político e ilustra os acordos criados entre a velha nobreza siciliana e a burguesia nascente na Inglaterra.

Quanto aos objetivos específicos, estabeleceram-se os seguintes:

i) descrever os avanços e retrocessos da Ciência e Tecnologia no Tocantins; ii) analisar a percepção dos atores locais sobre esta política; iii) avaliar os traços do patrimonialismo na condução da política local de Ciência e Tecnologia.

Para analisar os dados desenvolveu-se uma analogia da lógica simbólica do “Padrão de Lampedusa”, contada no romance, relativa à descrição do declínio da aristocracia e ascensão da burguesia, com os resultados coletados na análise do processo de institucionalização da C&T no Tocantins, que expõem antigas práticas do patrimonialismo combinadas com as facetas de uma nova sociedade de privilégios (SOUZA, 2003).

Uma das ideias centrais trabalhadas por Lampedusa (1963, p.34) elucida que depois das modificações praticadas “tudo ficará na mesma, embora tudo tenha mudado”. No presente estudo, constatou-se que não há uma preocupação com a continuidade das ações adotadas na gestão da política, muda-se simplesmente por mudar, sem planejamento do que se espera alcançar com a mudança. Na pesquisa, não foram identificados documentos que direcionem as ações da C&T a médio e longo prazo, e esta constatação associada às constantes mudanças de secretários e equipes técnicas, torna a política estadual de C&T fragmentada, e por consequência, sem resultados significativos que proporcione o desenvolvimento regional.

Ao realizar este estudo, almeja-se contribuir para estimular o debate acadêmico sobre a questão regional em suas diferentes dimensões, em uma perspectiva multidimensional e interdisciplinar; possibilitando com isto o enriquecimento da discussão sobre a importância das políticas públicas voltadas para a Ciência e Tecnologia, enquanto uma das tarefas fundamentais de aprimoramento da gestão e promoção do desenvolvimento regional, ambos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável.

O patrimonialismo como herança política no Brasil

No Patrimonialismo “todas as relações (políticas e administrativas) entre governantes e governados são de cunho privado” (BRUHNS, 2012, p. 63). Nesta lógica, a temática do patrimonialismo, cuja matriz teórica remonta a Max Weber, “tende a associar, como ideia principal, o trato da coisa pública pela autoridade como se privada fosse” (SILVEIRA, 2006, p. 1).

Outra corrente que estuda o patrimonialismo, considera as influências marxistas e atribui as suas bases a um processo histórico que pondera tanto a referência da dominação colonial portuguesa quanto a expansão capitalista.

Para Faoro (2012) a distinção obscura na gestão da coisa pública ganhou destaque na história da formação das instituições políticas do Brasil, mormente por conta de uma cultura portuguesa transplantada⁸ indiscriminadamente através da monarquia, sendo reforçada no Império e se mantendo, ora em grande destaque, ora de maneira subliminar, resquícios de um patrimonialismo fácil de ser gerido, de certa forma, à revelia da opinião do povo.

Souza (2003) avalia tais contextos por uma outra perspectiva envolvendo a participação social e relata que a sociedade brasileira passou por algumas mudanças na estrutura econômica-social “o que certamente não equalizou todas as classes em todas as esferas da vida, mas, sem dúvida, generalizou e expandiu dimensões fundamentais da igualdade nas dimensões civis, políticas e sociais” (SOUZA, 2003, p. 166).

O estudo do patrimonialismo no Brasil passa pela obra “Os donos do Poder” de Faoro (2012) e outros trabalhos do autor (2003; 2007; 2008). Tal reconhecimento ocorre pelo fato de que “Faoro foi o precursor do uso da abordagem weberiana para entender o Brasil” (SCHWARTZMAN, 2003, p. 208). Outros autores também são relevantes nesse debate como, por exemplo, Fernandes (1981) com a obra “A revolução burguesa no Brasil” e Souza com a obra “A construção social da subcidadania” (2003).

⁸ O uso das regras aplicadas em um local ou contexto transplantada para outro local ou contexto completamente diferentes. Por isso, “uma instituição que pareça funcionar bem em uma sociedade desenvolvida pode funcionar bem por ser amparada por certo conjunto de instituições não facilmente identificáveis” (CHANG, 2004, p. 28), e estas limitações informais podem estar ausentes no processo de criação de algumas instituições, e com isso, representar risco de a instituição já nascer sem perspectiva.

Fernandes (1981) reconhece a influência marxista e weberiana para explicar as forças que provocaram as mudanças sociais. Em sua análise o autor acredita que tanto as relações feudais quanto a ascensão do capitalismo, coexistem na sociedade. De acordo com Fernandes (1981) a revolução burguesa no Brasil aconteceu de forma simbólica, visto que no arcabouço institucional e na estrutura do Estado foram mantidas algumas estruturas coloniais, fazendo com que o novo aparato institucional contasse tanto com o patrimonialismo quanto pela lógica capitalista de acumulação.

Entretanto, mesmo os autores que não concordam plenamente com Faoro (2012) consideram que a sua obra “permanece válida para a compreensão dos problemas que hoje ocorrem no nível superestrutural e remetem à questão da aplicabilidade de parâmetros de longa duração à ciência política, ou às relações entre história e política” (BARRETO, 1995, p. 181), ou seja, a complexa análise da formação do patronato político brasileiro foi descrita por Faoro (2012) desde as raízes portuguesas, passando por várias fases importantes na história do país, como os três séculos de dominação colonial, todos os detalhes que conduziram ao Império, e posteriormente, à Proclamação da República.

Ainda no Brasil Colônia, o “velho e tenaz patrimonialismo português desabrocha numa ordem estamental, cada vez mais burocrático no seu estilo e na sua dependência. O rei, por seus delegados e governadores, domina as vontades, os rebeldes” (FAORO, 2012, p. 236). Com isso, o “domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas” (FAORO, 2012, p. 823).

Nesta confusão entre o público e o privado a dominação de cunho patrimonial amolda-se à cultura brasileira, inclusive muitas vezes através de força militar, mas também o Estado se colocando no papel de pai ou protetor. Neste sentido, “o ideal do chefe não decorre da heroicidade, como convém às classes e estamentos militares, mas das qualidades do governante como bom provedor” (FAORO, 2003, p. 5).

Por isso, disposto nesta conjuntura, “compraz-se o príncipe em desempenhar o papel de fazer do Estado a fonte de todas as esperanças, promessas e favores. Filho do providencialismo estatal, ele o fortifica, usando dos poderes que a tradição lhe confere” (FAORO, 2003, p. 5).

Em “Os Donos do Poder” Faoro (2012) explora o campo do simbolismo político em que emerge o condutor das massas como conteúdo estamental, porém, “não é o herói carismático, mas o senhor tradicional associado à imagem do Pai. A imagem do Estado Patrimonial apresentada é o Pai protetor, o Estado-Providência” (BARRETO, 1995,

p. 192), ou seja, “é ao Estado que se pede o remédio, o Estado fonte de todos os milagres e pai de todas as desgraças” (FAORO, 2012, p. 105).

Esta herança patriarcal portuguesa caracterizada no tipo de dominação weberiana patrimonialista era conduzida por uma estrutura estamental, ou como ficou conhecida através de Faoro, “estamento burocrático”. Era uma espécie de elite que administrava os assuntos reais, “um certo círculo de notáveis que conduzia os assuntos de natureza pública em uma ordem patrimonial” (SILVEIRA, 2006, p. 11), ou em outras palavras, “a elite política do patrimonialismo é o estamento, estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático” (FAORO, 2012, p. 830). Assim, “o instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político-social que lhe infunde vida” (CAMPANTE, 2003, p. 154).

Gesell (1916) explica alguns fatores elementares que promoveram esse poder ilimitado ao Estado:

O dinheiro requer o Estado, sem o Estado o dinheiro não é possível; com efeito, pode-se dizer que a fundação do Estado remonta à introdução do dinheiro. O dinheiro é o cimento mais natural e mais poderoso das nações [...]. O fato de o dinheiro ser indispensável, e o controle estatal do dinheiro também ser indispensável, dá ao Estado um poder ilimitado sobre o dinheiro. Exposta a esse poder ilimitado, a cobertura metálica do dinheiro é uma palha ao vento. O material-dinheiro protege tão pouco o dinheiro do abuso de poder do Estado quanto o papel em que é escrita a Constituição a protege da usurpação arbitrária do poder. Apenas o Estado, a vontade dos que estão no poder (autocratas e representantes), pode proteger o dinheiro contra incompetentes, caloteiros e especuladores – desde que os que estão no poder sejam capazes de usar esse poder de maneira propositada. Até hoje, infelizmente, e eles nunca tiveram essa capacidade (GESELL, SILVIO, 1916).

Desta forma, “uma sociedade de classes possui um potencial equalizador e universalista, já a do tipo estamental privilegia a desigualdade e o particularismo” (CAMPANTE, 2003, p. 154). O

estamento, esta “camada de indivíduos detentores do poder político” (SILVEIRA, 2006, p. 216) “é árbitro da nação, das suas classes, regulando materialmente a economia, funcionando como proprietário da soberania. As demais estratificações sociais, classes ou estamentos, são por ele condicionadas” (FAORO, 2003, p. 1).

Harvey (2016) ao avaliar as contradições do capitalismo em um contexto mundial, no cenário atual, infere que “não importa qual política é seguida: o resultado é o favorecimento do clube de bilionários que constitui hoje uma plutocracia cada vez mais poderosa, tanto dentro dos países como no cenário mundial. Em toda parte, os ricos estão cada vez mais ricos” (HARVEY, 2016, p.11).

Na avaliação da política faoriana, os sujeitos políticos “são por um lado o estamento e por outro lado, à sua sombra, o povo, súplice, inerte e ausente, aplaude ou fica bestializado” (BARRETO, 1995, p. 187). Incluir o fator “povo” na análise da forma de domínio patrimonialista, instrumentalizada pelo estamento burocrático, é considerar um agente político, que mesmo inerte e amorfo, permitiu, através da institucionalização deste cenário político, a “construção apoiada sobre o ápice e não sobre a base” (FAORO, 2007, p. 274) por meio do silêncio e da ausência de resistência.

Souza (2003) relata uma concepção de povo a partir da ideia de ‘plasticidade’⁹ importada de Freyre (1957; 1969; 1990a; 1990b) e do ‘homem cordial’ de Sérgio Buarque de Holanda (1995) que define o povo a partir de uma “concepção do personalismo e do patrimonialismo, como representando a singularidade valorativa e institucional da formação social brasileira” (Souza, 2003, p. 188). Em que o povo é “definido como sendo o brasileiro de todas as classes [...] que tem sua vertente tanto intersubjetiva, na noção de personalismo quanto uma dimensão institucional, na noção de patrimonialismo” (Souza, 2003, p. 188).

Nesta mesma lógica de raciocínio Harvey (2016) a partir de Marx relata que existem aparências superficiais que escondem realidades subjacentes. Para ele, o importante é reconhecer a possibilidade de estarmos quase sempre diante de sintomas, e não de causas, e devemos extrair a camuflagem que encobre aquilo que realmente acontece por trás dessa confusão de aparências superficiais e mistificadoras.

⁹ Plasticidade é a propriedade de, uma vez exposto a uma determinada situação nova e desafiadora, mudar, se moldar e assumir um novo formato, que irá proporcionar ao corpo a capacidade de prevalecer frente às condições a que será exposto (EUSTACHIO, 2016).

Para Faoro (2007) a estrutura política brasileira foi implantada à revelia do povo, sendo desconsiderada completamente a sua capacidade de agir em defesa da soberania, que repousava sobre os detentores do poder. Assim, “o povo inculto e de costumes primários, ausente do interesse pela coisa pública, mesmo na pequena parcela, que vota, não tem sombra de conhecimento da máquina governamental e administrativa” (FAORO, 2003, p. 3), ou seja, “o povo era uma massa amorfa a educar, a civilizar, a tutelar, de acordo com o comando do poder pessoal do imperador” (FAORO, 2007, p. 277).

No Brasil, tem-se “um povo que ainda não surgiu como ator” (FAORO, 2008, p. 116). O povo brasileiro, pacífico em essência, recebeu todo o tipo de influência eleitoral, desde o voto de cabresto, ou pela influência da força das baionetas, ou também, através de clientelismo, por meio do acesso aos serviços públicos (FAORO, 2003), ou por causa das restrições constitucionais que limitavam os votantes em quantitativos irrisórios (FAORO, 2007). Harvey (2016, p.267) em convergência com Faoro (2003; 2007; 2008) ao discorrer sobre a terceira contradição do capitalismo “Propriedade privada e Estado capitalista” menciona que “em um mundo dividido, onde o poder colonial define os colonizados como sub-humanos e maus por natureza, é impossível haver consenso”.

No entanto, de acordo com Souza (2003) o Brasil passou por grandes transformações, o que teria dado certo protagonismo ao povo, como por exemplo: abolição da escravidão, participação social, criação de sindicatos do proletariado e ascensão política do partido dos trabalhadores à presidência da república. Souza (2003) relata que mesmo com alguns avanços, a sociedade brasileira ainda é personalista, patrimonialista, porém com resíduos pré-modernos, o que a torna híbrida e confirma o raciocínio de uma versão sofisticada do personalismo como uma herança cultural secular que se mantém inalterada.

A teoria do ‘hibridismo’ representa, no fundo, uma versão ‘modernizada’ do personalismo, na medida em que é obrigada a levar em consideração, também, as inegáveis consequências do vigoroso processo de transformação social que alterou a estrutura econômica, social e política (SOUZA, 2003). Este aspecto permite concluir que o patrimonialismo ainda permanece arraigado na sociedade brasileira, de forma híbrida, mais ainda marcante (FERNANDES, 1981).

Este trabalho adotou como escolha teórica a orientação conceitual sobre patrimonialismo, baseada nas contribuições de Raymundo Faoro, apresentada no tópico seguinte, visto que o arcabouço teórico aqui está regimentado tendo em visto o suporte dado à pesquisa

empírica realizada, que evidenciou traços patrimonialistas ainda presentes nos dias atuais no caso da C&T do estado do Tocantins.

Resquícios do patrimonialismo no Brasil

Países que ainda não conseguiram atingir um grau de evolução democrática de alguns países desenvolvidos, como é o caso do Brasil, não alcançaram, durante o percurso histórico da formação das instituições políticas, a consolidação de instituições fortes para inibir este tipo de abuso de poder. No máximo, as instituições amenizam a problemática com ações corretivas isoladas, como no caso da intervenção dos órgãos fiscalizadores.

Esta herança é caracterizada como decisiva neste estudo porque “a estrutura patrimonial-estamental-burocrática se configura em um padrão de relações políticas que adquirem contorno de longa duração, perpetuando-se na história do Brasil até os dias atuais” (BARRETO, 1995, p. 182). Em linhas gerais, “de Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo” (FAORO, 2012, p. 819), ou seja, “dessa realidade se projeta, em florescimento natural, a forma de poder, institucionalizada num tipo de domínio: o patrimonialismo, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo - assim é porque sempre foi” (FAORO, 2012, p. 819).

A tradição do patrimonialismo brasileiro ou o estudo de nossas instituições políticas demonstram como a dicotomia clássica de público e privado em nossa tradição não apresenta uma separação muito distinta destas esferas, havendo traços que estigmatizaram no homem público brasileiro a prática não demarcatória de tais âmbitos de atuação, o que de certa forma implica em um modelo de governo híbrido ou uma prática político-representativa avessa a tal importante distinção (SILVEIRA, 2006).

Harvey (2016, p.264) ao analisar contextos atuais indica que um dos problemas dessa dicotomia

É que a imposição de qualquer sistema particular de crenças e direito sempre implica um poder disciplinador, exercido em geral pelo Estado ou por alguma outra autoridade institucionalizada apoiada pela força. A dificuldade aqui é óbvia. A declaração da ONU implica o cumprimento dos direitos humanos individuais por parte do Estado, mas o estado

é muito frequentemente o primeiro a violar esses direitos.

É nesta concepção de continuidade da tradição patrimonial, mesmo que não apresentada de forma explícita, mas “o Brasil dos anos 90, afirma [...], vem sendo conduzido de forma patrimonial por uma elite dissidente, porém conservadora, que desconhece a categoria fundamental que é o *Outro*” (CAMPANTE, 2003, p. 186, grifos do autor), e isso traz implicações hediondas, como a “consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático que é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira” (FAORO, 2003, p. 7), que retarda o desenvolvimento e a emancipação da nação enquanto potência mundial, pelo fato de que “nenhum estímulo regenerador imprimiu a travessia marítima, senão que mais afirmou a estrutura estática portuguesa, que se aumentou e reforçou com a preocupação de digerir o bolo americano” (FAORO, 2003, p. 7).

Nesta perspectiva, Faoro é enfático ao afirmar que a elite política ainda sobrevive no século XXI como uma classe mesquinha, preocupada em fechar acordos somente “entre as elites” e desconsiderando completamente a vontade popular, até porque os nossos dirigentes não veem o povo, porque se vissem, não seriam pensáveis as articulações que se faz dentro do Congresso Nacional (FAORO, 2008). Sobre tais nuances, fundamentados em Harvey (2016, p. 51) faz-se oportuno questionar “ate onde vai o Estado e até que ponto essa invasão pode se basear na coerção, e não na construção, de um consenso?”.

Percebida a presença da tradição do domínio patrimonialista, concentrado em uma elite política que dita as regras do jogo na Capital Federal, faz-se pertinente levantar algumas questões que talvez sejam capazes de evidenciar esta continuidade do tipo de domínio apresentado neste trabalho como herança portuguesa. No Brasil, forçou-se uma instalação precária e uma continuidade que apresentou e continua apresentando rachaduras profundas em sua estrutura, através de um concentrado domínio no Poder Executivo, em detrimento dos outros poderes, descaracterizando, assim, a lógica do conceito de Montesquieu, onde diz que a separação dos poderes existe para o poder frear o poder, gerando equilíbrio e harmonia. Fato não observado no Brasil em qualquer esfera de governo. A gestão pública está nas mãos do Poder Executivo e é ele quem ditas as normas no jogo político (ABRUCIO, 1998)

Outro ponto que caracteriza esta herança patrimonialista diz respeito ao uso de cargos públicos como uma forma de garantir *status*

social. Na história do Brasil ficou claro que a ordem social era demarcada através dos cargos públicos, ou seja, “o cargo público em sentido amplo, a comissão do rei, transforma o titular em portador de autoridade. Confere-lhe a marca de nobreza, por um fenômeno de interpenetração inversa de valores” (FAORO, 2012, p. 204), por isso “o funcionalismo era a profissão nobre, que dava *status* e dignidade, cujo ingresso dependia do patrocínio dos políticos, também eles funcionários” (FAORO, 2007, p. 202).

O fato é que o emprego público, segundo o que preconiza os cargos em comissão, ou seja, os cargos de livre preenchimento, que estão disponíveis nas três esferas de governo, podem servir como moeda de troca de voto/apoio por cargos, caracterizando o clientelismo. Isto é um fator que gera incontáveis problemas, principalmente no que diz respeito à qualidade dos serviços públicos prestados, pois o critério de seleção está restrito a interesses pessoais.

A quantidade de cargos em comissão disponíveis na esfera estadual pode chegar a números estratosféricos, visto que o governador tem livre poder de criar secretarias e cargos segundo as “necessidades” do governo, por esta razão moralizar a coisa pública torna-se uma difícil tarefa quando se observa que o gestor tem em suas mãos uma máquina de distribuição de cargos públicos. Não existem regras objetivas que assegure um mínimo de requisitos técnicos no processo de escolha de candidatos ao preenchimento desses cargos, ou que obrigue o governo a diminuir a oferta de emprego público ao mínimo necessário.

Os demais fatores que mostram certa herança patrimonial inserida na ação institucionalizada da política nacional é o fato de que o povo, mesmo com alguns episódios isolados de participação, continua demonstrando apatia quando o tema é a participação política.

Percebe-se através de uma simples observação, que a população ainda parece assistir aos acontecimentos como um agente externo, e não como base deste processo, que atado ao seu individualismo, o cidadão aguarda o tão poderoso Estado resolver todos os problemas de ordem pública enquanto se ocupa com os seus próprios problemas; “no esquema explicativo de Faoro sobre o Brasil, ausência de povo é presença constante. Abúlico, o povo brasileiro não constituiu uma sociedade civil contraposta ao Estado” (CAMPANTE, 2003, p. 164).

É por esta construção histórica da postura inativa da população frente às decisões políticas que se pode verificar episódios como os ocorridos no Tocantins, no caso da C&T como serão expostos no tópico de resultados e discussões.

Metodologia

O presente trabalho compreende um estudo de caso e foi construído a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: realização de pesquisa bibliográfica e documental; aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo.

O referencial teórico foi fundamentado no pensamento de Raymundo Faoro (2001; 2003; 2007; 2008; 2012). No que se refere à pesquisa documental, esta foi realizada a partir da análise da Constituição e leis estaduais, atos e decretos publicados pelo governo estadual relacionado à C&T no período de 2005 a 2014. Quanto às entrevistas, estas foram realizadas com pessoas escolhidas de acordo com a sua participação no processo de tomada de decisão na política estadual de C&T, nas gestões de 2010 a 2015, período em que ocorreram significativas mudanças nesta política. Os entrevistados foram: um governador, três secretários de Ciência e Tecnologia, um técnico, quatro membros do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT) e dois membros de instituições de pesquisa. Vale Ressaltar que, em virtude do sigilo, os entrevistados foram citados pelas siglas que vai de E1 a E10, esclarecendo que para cada público foi elaborado um roteiro específico.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 19 de junho e 19 de agosto de 2015. Todas as entrevistas foram gravadas em forma de áudio e em seguida transcritas na íntegra. Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin, que visa a interpretação de conhecimentos relativos ao objeto da pesquisa, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, agrupados em categoria empiricamente definida ou não (BARDIN, 2011).

Bardin (2011) adverte que para a utilização do método da categorização é necessário obedecer à fragmentação da comunicação para que a análise seja válida, dessa forma, optou-se pela utilização das regras homogêneas (separar por núcleo de sentido), exclusivas (um elemento do conteúdo deve ficar em apenas uma categoria de análise, pois o objetivo é que todos levem a um único resultado) e adequadas ou pertinentes (ao conteúdo e ao objetivo da investigação). A escolha da técnica da análise de conteúdo se justifica pela possibilidade de o investigador analisar os dados a partir de inferências que podem ser confirmadas ou refutadas.

A técnica é recorrentemente, utilizada devido à abrangência dos mecanismos que conforme aponta Bardin (2011, p. 37) “não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade

de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Considerando-se o leque de possibilidades oferecidas pela técnica de análise de conteúdo, será adotada para este artigo a análise categorial que consiste em:

Tomar em consideração a totalidade de um “texto”, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando por meio de números e percentagem uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem. [...] A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial. É evidente que tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar [...] (BARDIN, 2011, p. 42 - 43).

Desta forma, como já mencionado, os pressupostos compreendem aquilo que está sendo procurado, e por esta razão, representarão na análise de conteúdo as “categorias”. Para a criação das categorias foram realizadas várias leituras das entrevistas, para cumprir rigorosamente o método, que compreende as etapas de seleção e exploração do material; codificação, definição da unidade de registro, definição das unidades de análise, presença-ausência, recorrência, intensidade, direção, ordem e sentido; definição dos índices; agrupamento dos temas e definição das categorias empíricas (BARDIN, 2011). A partir do exercício descrito, foram criadas as categorias descritas no Quadro 1, que serão exploradas no capítulo referente à discussão e análise dos dados.

Quadro 1: Categorias e Principais Apontamentos dos Entrevistados

| Categoria I | Categoria II | Categoria III | Categoria IV |
|--|---|--|---|
| Política nacional de descentralização de fomento à C&T | Impacto das relações intergovernamentais na Política de C&T | Institucionalização da Política de C&T | Percepções sobre o impacto das decisões políticas sobre a C&T |

Fonte: Elaboração própria, com base em Bardin (2011).

Avaliação das evidências do Padrão Lampedusa

Esta seção apresenta as discussões oriundas dos resultados obtidos na análise documental e análise de conteúdo a partir das entrevistas realizadas.

A seção encontra-se subdividida em dois tópicos. No primeiro apresenta-se a reconstrução dos marcos institucionais da política desde a criação do Estado do Tocantins. No segundo a percepção dos atores que fazem parte do contexto da política nas diversas áreas em que a C&T atua.

A trajetória da Ciência e Tecnologia no Tocantins

O Tocantins é o mais novo estado da Federação, foi criado a partir da Constituição Brasileira de 1988 e está localizado no sudeste da região norte do país. Geograficamente, ao se desmembrar de Goiás, foi inserido entre os estados da região Norte. De forma estratégica, devido as suas características, foi agregado aos estados que compõem a Amazônia Legal, este aspecto cria possibilidades para pensar o desenvolvimento do Tocantins a partir dos investimentos destinados exclusivamente para esta região.

Neste sentido, respondendo ao dispositivo da Constituição Federal, que facultou aos estados a destinação de recursos para o desenvolvimento de políticas locais de ciência e tecnologia, a Constituição do estado do Tocantins além de comprometer-se com a esta política, criou o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FECT) e CECT, conforme o art. 142, §5º e o art. 143 respectivamente.

Mesmo diante de um cenário favorável à C&T, somente depois de 17 anos de criação do estado do Tocantins é que a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia foi incorporada à estrutura do governo, por meio do Decreto nº 2.588, datado de 30 de novembro de 2005. No rol de

responsabilidades da secretaria recém-criada, estava a de instituir o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

No ano seguinte, no dia 1º de fevereiro de 2006 foi nomeado o primeiro secretário, João Leite Neto, até então a secretaria existia apenas informalmente. No mesmo mês, por meio da Lei nº 1664/2006, foi instituído o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia com o objetivo de formular as diretrizes e promover a execução da política de Ciência e Tecnologia no Tocantins, bem como a de gerir o Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (FECT) que viria a ser criado posteriormente.

Em 8 de março do mesmo ano, houve a primeira reestruturação da secretaria, por meio do Decreto nº 2.894, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e a Fundação Universidade do Tocantins passaram a estar vinculados à Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECT). Em 3 de janeiro de 2007, ocorre nova mudança de secretário, desta vez assume o senhor José Augusto Pires Paula que permaneceu no cargo por apenas quatro meses, assim, em 26 de abril, assume a secretaria o senhor Osmar Nina Garcia Neto.

Em 12 de novembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.540, que dispõe sobre o FECT, renovando o Decreto-Lei nº 719/1969 e a Lei nº 9.478/1997, seu objetivo foi instituir o Conselho Diretor, definir a fonte de receita para a constituição do Fundo e definir a aplicação dos recursos.

Em 14 de setembro de 2009, assume a secretaria a senhora Maria Fernanda Varanda Carneiro que permanece no cargo por 6 meses. Em 31 de março de 2010 é nomeada para o cargo de secretária, Márcia Izabel Barbosa Soares. No dia 1º de janeiro de 2011 a SECT é novamente reestruturada. Na nova proposta, lança-se ao desafio de captar e difundir novas tecnologias. Logo em seguida, em 2 de janeiro de 2011 assume a SECT o senhor Luiz Carlos Borges da Silveira.

Nesta gestão duas importantes medidas foram adotadas, a principal foi a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins (FAPT). Na ocasião, somente o Tocantins, Roraima e Rondônia ainda não possuíam uma fundação de amparo à pesquisa. Por meio da Lei complementar nº 71 de 31 de maio de 2011, foi criada a mais nova fundação de amparo do país, a FAPT com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente projetos de difusão tecnológica, extensão, inovação e investigação, desenvolvidos individualmente ou por instituições públicas e privadas sediadas no Estado. Na ocasião foi constituído o Conselho Curador da FAPT, instância deliberativa da fundação e para presidi-la, no dia 7 de abril de 2011, foi nomeada a senhora Andrea Noleto de Souza Stival.

A segunda medida foi a criação da lei de inovação, outra adequação ao cenário nacional, assim, em 5 de julho do mesmo ano, por meio da Lei nº 2.458, foi instituída a lei de inovação com o objetivo de incentivar a inovação e a pesquisa científico-tecnológica nas atividades produtivas, com vistas à obtenção de autonomia, capacitação e competitividade no processo de desenvolvimento industrial do Estado. Por intermédio desta lei foi criado o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de articular e orientar as estratégias das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente em ciência, tecnologia e inovação no Estado do Tocantins.

De acordo com o documento técnico emitido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2013) em relação à Amazônia Legal, só é possível pensar o desenvolvimento desta região se as bases estruturais do sistema de C&T estiverem presentes, ou seja, “expansão das Instituições de Ensino Superior (IES), estruturação das Secretarias de Ciência e Tecnologia, a presença das Fundações de Amparo, aumento do aporte local de recursos, incremento das parcerias com o governo federal”.

Diante destes apontamentos, com as medidas recém-adotadas, o Tocantins estaria se adequando ao sistema de C&T da Amazônia, em sintonia com os estados das regiões mais desenvolvidas, bem como os estados pertencentes à própria Amazônia Legal como Pará e Amazonas, que juntos respondem por 44% do PIB regional (CGEE, 2012). Este aspecto sinaliza para outro problema: as desigualdades intrarregionais, quanto mais o sistema de C&T for heterogêneo, mais frágil e menos eficaz se tornam as políticas de desenvolvimento regional, pois acabam se concentrando em alguns estados fazendo com que os resultados da Amazônia Legal fiquem aquém das suas potencialidades e não cumpram o seu papel de indutor de desenvolvimento regional.

Depois de um período de importantes avanços, mesmo considerando a constante troca de secretário, constata-se que o cenário subsequente caminhou na direção oposta ao que havia sido desenhado para o Tocantins. Em 10 de outubro de 2012, assume a SECT, Andrea Noleto de Souza Stival, que passa a acumular a função de secretária e presidente da FAPT.

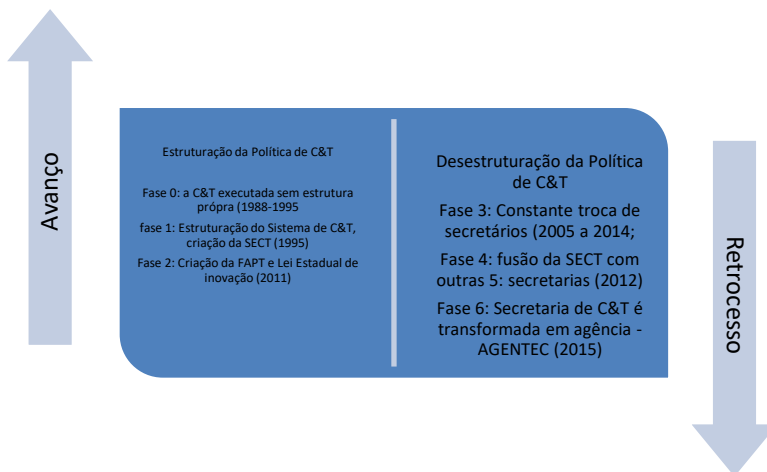
Em 25 de fevereiro de 2013, por meio da medida provisória nº 1, ocorre a fusão entre a Secretaria da Indústria e do Comércio com a Secretaria da Ciência e Tecnologia e Secretaria das Cidades, Habitação e Desenvolvimento Humano. No mesmo dia, assume a recém-criada Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e

Inovação (SEDECTI), o senhor Paulo Henrique Ferreira Massuia, que em 12 de abril também assume a presidência da FAPT.

A partir destas medidas, a estrutura da antiga SECTI foi reduzida a uma sala e a FAPT deixou de ter sede própria. Suas funções passaram a ser exercidas pelos funcionários da SEDECTI, o único servidor ligado diretamente à FAPT era o próprio secretário (E1, 2014).

A partir da análise dos documentos constantes na discussão em tela foi possível identificar que a C&T no Tocantins pode ser resumida na figura que segue:

Figura 1: Fases da C&T no Tocantins



Fonte: próprios autores, 2016.

Avaliando os contextos que promoveram a desestruturação da política estadual de C&T no Tocantins, nota-se por meio da verificação das atas do Conselho, que não se registrou nenhuma resistência por parte da comunidade empresarial e científica, evidenciando com isso uma relativa ausência de participação destes sujeitos nas decisões políticas da C&T no Tocantins. Pela própria composição do Conselho, percebe-se que o mesmo foi estruturado de forma a garantir o controle sobre as decisões, pois dos 13 membros que integraram o Conselho, 8 eram representantes do governo.

Dando voz aos atores

A relação de dependência da SECT com a vontade pessoal do governador é considerável. Esta realidade fica perceptível no período

de 2006 a 2014. Foram nove secretários, e cada um que assumia mudava grande parte da equipe, visto que a secretaria não possuía um quadro próprio de servidores (E1, 2014). Para Silveira (2006) estes fatos ocorrem por conta do patrimonialismo que se materializa na dominação exercida pela vontade pessoal do governador e dos demais gestores. Ainda de acordo com o autor, isto acontece porque no Brasil isto sempre foi uma prática recorrente.

Não há uma preocupação com a continuidade das ações, muda-se simplesmente por mudar, sem planejamento do que se espera alcançar com a mudança. Na pesquisa documental realizada não foi identificado nenhum documento que direcione as ações de C&T a médio e longo prazo, e esta constatação associada às constantes mudanças de secretário e equipe técnica, torna a política estadual de C&T fragmentada, e por consequência, sem resultados significativos, pois sem um caminho e destino definidos, a qualquer lugar que se chegar será suficiente, “num Estado onde os gestores estão mudando com muita frequência e até no órgão em que abriga a temática, isto fragiliza muito a imagem do Estado” (E8, 2015).

Faoro (2007) apresenta que esta realidade é fruto do patrimonialismo, em que a função pública, outorga poder ao governador dando a ele a possibilidade de colocar e tirar pessoas de funções estratégicas de acordo com seus interesses políticos.

Neste sentido, a institucionalização da política de C&T no Tocantins fica muito dependente dos mandos e desmandos do governador, que ora promove ações de fortalecimento no setor de C&T, ora recua sem que os envolvidos, a comunidade científica e empresarial, ao menos sejam consultados sobre os rumos que a política de desenvolvimento teria a partir das decisões tomadas. Quando o entrevistado E3 (2015) foi consultado, sobre o que é necessário para que o Tocantins se desenvolva a reposta foi categórica: “Eu acho que vontade política do governo do Estado, primeira coisa, se não tiver vontade política, se não tiver convencido que é importante a C&T é porque não está motivado, primeira coisa é vontade política [...]” (E3, 2015).

Observa-se que há necessidade que o gestor tenha a percepção da importância da C&T, chegando ao ponto de ser explícito que sem uma motivação pessoal do governador, mesmo que a importância da C&T seja inegável para o desenvolvimento de qualquer região, a área de C&T fica em segundo ou mesmo em terceiro plano.

No setor de C&T, “pesquisas” obedecem a uma lógica diferente do processo eleitoral, vez que se constituem como ações de médio e longo prazo, e por esta razão caminham em direção oposta ao sistema

político eleitoral, que historicamente tem sido alimentado por ações assistencialistas, quase sempre, de cunho imediatista.

Percebe-se que as decisões tomadas em 2012 não foram corrigidas com o início de uma nova gestão, o governador que assumiu a gestão em 2015 seguiu na mesma direção do anterior, como pode ser constatada na fala que se segue:

A gente espera que tenha uma outra inflexão, mas a gente tá ainda ladeira abaixo, nós tivemos um auge [...] depois ladeira abaixo e continua um pouco ladeira abaixo, no fundo do poço, vamos ver se a gente consegue sair do fundo do poço, mas eu acho que isto só acontece porque não há uma visão estratégica da função, não se vê qual é a utilidade da função [...] (E7, 2015).

As decisões políticas ainda estão muito atreladas às benesses que o político pode obter. No contexto apresentado, Faoro (2012, p 827) descreve que o povo, aqui representado pelos empresários e comunidade universitária, mas também pode ser compreendida a sociedade na sua totalidade, concentra sua expectativa naquele que deveria representá-lo, no entanto, “os políticos fracassaram; os empresários não se habilitaram ao crédito nacional [...]. Está claro que as lideranças são falsas, não correspondem mais ao que o povo deseja que é o mínimo do seu trabalho, e quer, sobretudo, um projeto de vida, que hoje em dia ele não tem mais” (FAORO, 2008, p. 102).

Nesta direção, para que o gestor perceba a importância da C&T, não somente para o desenvolvimento do Estado, mas como um ganho pessoal, ou seja, o que C&T pode representar em termos de resultados políticos. Para isto é necessário que a sociedade se mobilize de forma articulada para que, pressionados pela repercussão dos seus atos, os gestores venham recuar de decisões que sejam contrárias aos interesses da sociedade. As instituições diretamente ligadas à C&T devem tomar posição de protagonismo nesta luta por um poder público que tenha abertura mínima à participação e ao debate dos atores envolvidos, bem como estas instituições devem unir forças e pressionar a Assembleia Legislativa para aprovar leis que regulem a C&T, com a menor intervenção possível do poder Executivo, e com vistas a garantir uma gestão eficiente, com planejamento em médio e longo prazo, construídos com a participação das instituições diretamente interessadas e a sociedade civil organizada.

Percebeu-se nas falas de alguns entrevistados que os mesmos parecem estar em um estado de aceitação de como a política é conduzida, ou seja, muito mais do que um posicionamento em busca da garantia dos avanços já alcançados e da continuidade de ações que venham a promover a institucionalização da C&T no Estado, limitam-se a montar expectativas que o gestor venha a ser convencido da importância para então promover ações de desenvolvimento, como se pode notar no trecho abaixo:

[...] Eu acho que a não institucionalização é por conta da falta de compreensão do que eu vou fazer com isto. Do que me vale investir nisto? No quê que isto impacta naturalmente nas minhas condições de competitividade? Impacta muito, mas falta inteligência e convencimento para perceber isto (E7, 2015).

Para que a institucionalização da C&T no Tocantins aconteça, muito mais do que convencimento por parte do governador, garantida a autonomia dos diferentes ramos do poder, há a necessidade da efetividade do controle sobre este poder - o executivo, posto que é preciso “controlar e frear mutuamente, referidas, em última análise, as características nada virtuosas dos homens, seus interesses e ambições pessoais por acumular poder” (LIMONGI, 2006, p. 251). A discussão empreendida neste tópico, juntamente com os que o antecederam, permitirão inferir algumas reflexões, que se espera contribuir com as discussões referentes à C&T no Tocantins, que estão expostas nas considerações a seguir.

Considerais Finais

Considerando-se o pressuposto que originou o presente estudo, que compara o Padrão Lampedusa com as decisões do governo estadual em relação à política de C&T, percebeu-se que os mandos e desmandos foram uma constante na política de C&T no estado do Tocantins, mesmo no período considerado neste estudo, como de avanços, dada a criação de instituições formais como a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, comprovou-se que o padrão Lampedusa permeou as decisões relacionadas aos gestores desta pasta, como pôde ser verificado no caso das constantes trocas de secretários.

A discussão teórica sobre a relação da herança patrimonial no Brasil através do tempo com os acontecimentos ocorridos no Tocantins,

comprovam o peso que tais práticas exercem sobre as gerações presentes, em especial, o estado do Tocantins.

Foi possível deduzir que o Padrão Lampedusa se aplica como estratégia utilizada pelos governos do estado do Tocantins para conduzir a política pública de C&T de forma a garantir que o bem público seja usado como “coisa nossa”, mantendo-se as estruturas como estavam no passado.

O fato de criar as instituições e um modelo de governança para promover o avanço da política de C&T, não implicou, necessariamente, que houvesse um comprometimento com a institucionalização da política no estado, e sim o contrário, o processo de institucionalização ocorrido entre os anos de 1988 e 2011 foi desfeito nos anos subsequentes – 2012 a 2015, voltando-se, em termos de instituições formais, ao estágio inicial da política. Essas evidências tornam a expressão de Lampedusa (1963, p.32) coerente: “(...) Se queremos que tudo fique como está é preciso que tudo mude”.

A cultura patrimonialista verificada neste estudo permite alertar que a mesma não será apagada ou substituída tão cedo na população brasileira, afinal de contas, são mais de 500 anos de história. Sendo assim, há que se considerar que este processo é lento, portanto, deverá ser gradativo e evolutivo ao ajustamento do comportamento coletivo em prol de um Estado melhor para todos.

O século XXI está sendo marcado pela velocidade com que ocorrem os avanços na área de Ciência e Tecnologia em todo o mundo. No Tocantins, a criação de instituições formais, necessárias à consolidação da Ciência e Tecnologia, ocorreram de forma tardia, se compararmos com os demais Estados brasileiros, visto que é um estado recém-criado, mesmo ocorrendo de forma lenta, os investimentos em ciência e tecnologia são considerados de caráter inevitável, pois são fundamentais para a promoção tanto do desenvolvimento em nível local, quanto nacional e internacional.

Conclui-se este trabalho chamando a atenção para a necessidade de se consolidarem as instituições formais responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e controle do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, bem como da política como um todo, cuidando para que as decisões estejam acima dos ganhos políticos, e também não apenas regulem a conduta do quadro político, mas que tenham poder de punir os infratores e através destas ações, construir uma cultura de que a coisa pública é de todos nós, sendo então “um assunto nosso”, e que os políticos nada são além de representantes das bases.

Apesar de parecer um discurso distante das práticas atuais, ele torna-se cada vez mais necessário quando se tem uma classe política que

se sente confortável, superior e intocável, exigindo assim, um tom a mais de seriedade na gestão da coisa pública.

Referências

ABRUCIO, Fernando L. Os Barões da Federação: Os Governadores e a Redemocratização Brasileira. São Paulo, Hucitec/Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 1. ed. rev. e ampl.. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Kátia M. Mendonça. Um projeto civilizador: revisitando Faoro. Lua Nova, São Paulo, n. 36, p. 181-196, 1995.

BERNARDI, Jorge. A organização municipal e a política urbana. Curitiba: Ibplex, 2007.

BRUHNS, Hinnerk. O Conceito de Patrimonialismo e Suas Interpretações Contemporâneas. Revista Estudos Políticos, n. 4, p. 61-77, 2012.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F.; PEREIRA, J. R.; Gestão Social: reflexos teóricos e conceituais. Cardemos EBAPE.BR [online]. Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp. 681-703, set. 2011.

CAMPANTE, Rubens Goyata. Patrimonialismo em Faoro e Weber. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 46, n.º 1, 2003, p. 153-93.

CHANG, H-J. Chutando a Escada: Estratégia de Desenvolvimento em Perspectiva Histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

EUSTACHIO. José. A Resiliência e a Plasticidade. Endeavor Brasil. 2016. Disponível em <https://endeavor.org.br/resiliencia-plasticidade/>. Acesso em 3 de maio de 2017.

FAORO, Raymundo. A Democracia Traída: entrevistas. Organização e notas Maurício Dias. São Paulo: Globo, 2008.

_____. À Espera da Cidadania. Revista Valor Econômico, ano 2, n. 249, 27 abr. 2001. Entrevista concedida a Jadyr PAVÃO.

_____. A República inacabada. São Paulo: Globo, 2007.

_____. O estamento burocrático no Brasil: consequências e esperanças. Revista Jurídica Virtual. v. 5, n. 49, Junho/2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_49/pateao.htm>
Acessado em 06 fev. 2013.

_____. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo, Zahar, 1981.

FREYRE, Gilberto Casa grande e senzala. Lisboa: [s. n.], 1957.

_____. Novo mundo nos trópicos. São Paulo: Nacional/Edusp. 1969.

_____. Sobrados e mucambos. Rio de Janeiro: Recort, 1990a.

_____. Ordem e progresso. Rio de Janeiro: Record, 1990b.

GESELL, Silvio. *The Natural Economic Order*. Disponível em: <<http://www.archive.org/details/TheNaturalEconomicOrder>>. Acesso em 01 mai. 2017.

GUEDES, Juliana Santos. Separação dos Poderes? O Poder Executivo e a Tripartição de Poderes no Brasil. Disponível em <<http://www.portelaadvocacia.com.br/artigos.asp>> Acesso em 12 jan. 2012.

HARVEY, David. 17 Contradições e o fim do capitalismo. 1. Ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras. 1995, 26 edição.

LAMPEDUSA, G.T. di. O Leopardo. 3ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

LEAL, Victor Nunes, Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LIMONGI, Fernando P. “O Federalista”: remédios republicanos para males republicanos. In: WEFFORT, Francisco C. (org.). Os clássicos da política. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

NORTH, Douglas C. Custos de transação, instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

OLIVEIRA, E. Alves de; FALAVINHA, Diego H. S. A Estrutura do Estado Nacional: Uma Análise Organizacional da Forma de Estruturação dos Poderes da República. Edição 07/2011.

OLIVEIRA, V. C. da S. e; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende de. Paradigmas de Administração Pública e Conselhos Gestores Municipais: Velhas Abordagens de Gestão em Novos Arranjos Institucionais? XXXI ENANPAD, Rio de Janeiro, set. 2007.

Revista Matiz Online. Matão (SP): Instituto Matonense de Educação e Ensino Superior. Programa de divulgação científica do IMMES, 2011. Disponível em: <<http://www.immes.edu.br>>. Acesso em 19 dez. 2012.

PAES-DE-PAULA, Ana Paula. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a Gestão Social. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 1, jan/mar., 2005a.

_____. Por uma nova gestão pública. São Paulo: FGV, 2005b, 204p.

PEREIRA, Daniel, PEREIRA, Paulo Celso. O Substrato da Corrupção. Revista VEJA. São Paulo, ed. 2244, ano 44, n. 47, p. 72-76, 23 nov. 2011.

Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia Legal. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos, 2013.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. Atualidade de Raymundo Faoro. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 207-13, 2003.

SILVEIRA, Daniel Barile da. Patrimonialismo e a formação do Estado brasileiro: uma releitura do pensamento de Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna. Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito-CONPEDI, p. 203-223, 2006.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não-idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO; A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR., J. T. (orgs.). Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações. Ijuí: Unijuí, 2012, cap. 01, pp. 23-36.